



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região

Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo **0100594-31.2020.5.01.0046**

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 27/07/2020

Valor da causa: R\$ 25.680,92

Partes:

RECLAMANTE: ADRIANA DA SILVA ALVES

ADVOGADO: LUIZ CARLOS SOARES GUIMARAES

RECLAMADO: IL NOSTRO PANE - PADARIA, LANCHONETE, BAR E RESTAURANTE LTDA - ME

ADVOGADO: GABRIEL NUNES ADAO

RECLAMADO: GABRIEL NUNES ADAO

ADVOGADO: GABRIEL NUNES ADAO

RECLAMADO: LAZARO DOS SANTOS ADAO FILHO

INVENTARIANTE: HILDETE NUNES ADAO

TERCEIRO INTERESSADO: ALEKSANDRO DE CARVALHO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
46ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO
ATSum 0100594-31.2020.5.01.0046
RECLAMANTE: ADRIANA DA SILVA ALVES
RECLAMADO: IL NOSTRO PANE - PADARIA, LANCHONETE, BAR E
RESTAURANTE LTDA - ME

Destinatário: ALEKSANDRO DE CARVALHO

Fica V.Sa intimado para tomar ciência do despacho de Id f5243ac, devendo informar em 10 dias úteis se aceita o encargo e o valor fixado de honorários (R\$ 1000,00) com o recebimento ao final, suportados pela parte sucumbente no objeto da perícia.

RIO DE JANEIRO/RJ, 04 de agosto de 2021.

RAFAEL FRANCISCO BARBOSA MOREAU
Assessor





Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região

Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo **0100594-31.2020.5.01.0046**

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 27/07/2020

Valor da causa: R\$ 25.680,92

Partes:

RECLAMANTE: ADRIANA DA SILVA ALVES

ADVOGADO: LUIZ CARLOS SOARES GUIMARAES

RECLAMADO: IL NOSTRO PANE - PADARIA, LANCHONETE, BAR E RESTAURANTE LTDA
- ME

ADVOGADO: GABRIEL NUNES ADAO

RECLAMADO: GABRIEL NUNES ADAO

ADVOGADO: GABRIEL NUNES ADAO

RECLAMADO: LAZARO DOS SANTOS ADAO FILHO

INVENTARIANTE: HILDETE NUNES ADAO

TERCEIRO INTERESSADO: ALEKSANDRO DE CARVALHO

EXMO. SR. DR. JUIZ DA 46ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO - RJ.

Nº do Proc. ATSum 0100594-31.2020.5.01.0046

AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO

Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região

Partes:

RECLAMANTE: ADRIANA DA SILVA ALVES

RECLAMADO: IL NOSTRO PANE - PADARIA, LANCHONETE, BAR E RESTAURANTE LTDA- ME

ALEKSANDRO DE CARVALHO, Engenheiro Civil, brasileiro, casado, portador do RG 40.067.088-4, CPF 422.040.668-93, CREA: 5070615353, Perito Judicial nomeado nos autos da ação trabalhista em epígrafe, tendo realizado todos os exames necessários para o bom desempenho de seu encargo, vem, perante Vossa Excelência, apresentar o resultado de seus trabalhos através do presente

LAUDO TÉCNICO PERICIAL GRAFOSCÓPICO

que segue digitalizado.

Nestes termos, Pede deferimento
Araraquara-SP, 21 de agosto de 2021

ENG. ALEKSANDRO DE CARVALHO
Perito Judicial

LAUDO PERICIAL GRAFOSCÓPICO

Nº Proc.:

ATSum 0100594-31.2020.5.01.0046

Partes:

ADRIANA DA SILVA ALVES

**IL NOSTRO PANE - PADARIA, LANCHONETE, BAR E
RESTAURANTE LTDA- ME**

OBJETO DE EXAME

- Peças padrões: Declaração de Hipossuficiência fls.17, Procuração fls.18, RG fls.14, contrato de trabalho fls.19
- Peças questionadas: Recibo de quitação fls.60 ID. 8625916

FINALIDADE DA PERÍCIA

A presente perícia tem por finalidade a investigação técnico científica da autenticidade da grafia questionada

EQUIPAMENTO UTILIZADO

- Microscópios e lupas binoculares com ampliação de 30 a 80 vezes com lentes convergentes e iluminação inversamente dirigida;
- Microscópio digital com ampliação de 100 a 300 X;
- Lupas modelo LP – 600 com, iluminação halógena circular incidente com hastes robotizadas que permitem estabilidade do foco de melhor resolução;
- Lupas binoculares com platô de ampliação de grande espectro e importante ampliação;
- Scanners de alta sensibilidade 1.200 X 4.800 DPI com superior 48-bit hardware;
- Máquinas fotográficas digitais com recursos de 03 a 15 x de zoom ótico, 12 MP, funções macro, night shot, -"ISO" de altíssima sensibilidade – equivalente a -"ASA 3.000" – entre outras;
- Iluminação rasante dirigida – fibra ótica, incidente, emergente;
 - Radiação ultravioleta;
 - Softwares de ultima geração;

METODOLOGIA EMPREGADA

- Inspeção ocular das peças questionadas para apreciação de seu estado físico com o escopo de encontrar eventuais indícios de fraudes grafotécnicas.
- Minuciosos exames dos gestos gráficos dos documentos examinados a título de padrões e daqueles questionados, objetivando identificação de punho escritor, para individualização de particularidades mais intrínsecas.
- Reiterados cotejos e trescotejos entre os gestos gráficos encontrados nos documentos objeto da perícia para determinação de convergências e divergências setoriais, trajetórias de punhos, inclinações axiais e alinhamentos gráficos, espaçamentos, relações interlineares e calibre.
- Execução de fotografias ilustrativas de alta resolução e digitalização de imagens, através de equipamento especializado.
- Coordenação de todos os dados técnicos apurados e sua tradução em linguagem simplificada própria ao fim que se destina.
- Final redação do apurado durante os trabalhos.

CONSIDERAÇÕES

a-) A matéria de que trata este laudo é complexa, a apuração de autenticidade ou não da grafia dos documentos questionados devem obedecer certa ordem;

b-) A princípio em sua análise, o *expert* deve levar em consideração todos os fatores que envolvem a confecção do documento, tipos de instrumentos utilizados e a disposição da assinatura no papel suporte;

c-) A sobreposição de gestos gráficos ou a presença de “debuxo”¹ (foulage) deixou de ser objeto de busca do perito no trabalho em questão, vez que este Perito não teve acesso ao original das peças motivo. Todavia, tal ausência em nada prejudica a presente perícia.

d-) Sendo Mister do Perito do Juízo a busca da verdade, pelas mais variadas formas, realizou-se um estudo esmiuçado de cada documento, com digitalização dos tópicos de interesse, detalhamento de peculiaridades encontradas, bem como divergências e convergências na sua totalidade.

Seguem análises individualizadas de cada documento, e análises comparadas setoriais dos documentos entre si, com digitalização de recortes de tópicos de mesma ordem, seguidas de análises comparadas descritivas, com conclusões parciais:

¹ Marca impressa em relevo no papel posposto, causada pela pressão do instrumento escrevente no papel suporte, que amassa as fibras celulósicas que o compõe.

PERÍCIAS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS DE GRAFOTÉCNICA E DOCUMENTOSCOPIA

ENG. ALEKSANDRO DE CARVALHO

AV. Maria Ignez Lapena, 34 Jardim São Bento Araraquara - SÃO PAULO- SP

16 981862062 aleksandro.eng@gmail.com

ANÁLISE DE EVENTUAL FRAUDE POR DECALQUE

PEÇA PADRÃO (MATRIZ): Contrato de trabalho FLS.19

RIO DE JANEIRO-RJ, 01, dezembro, 2017

Adriana da S. Allen.
Empregado

PEÇA PADRÃO (MATRIZ) COM TRATAMENTO DE RESOLUÇÃO: contrato de trabalho FLS.19

Adriana da S. Allen.

PEÇA QUESTIONADA: Recibo de quitação fls. 60

Adriana da S. Allen

PEÇA QUESTIONADA COM TRATAMENTO DE RESOLUÇÃO: Recibo de quitação FLS.60

Adriana da S. Allen

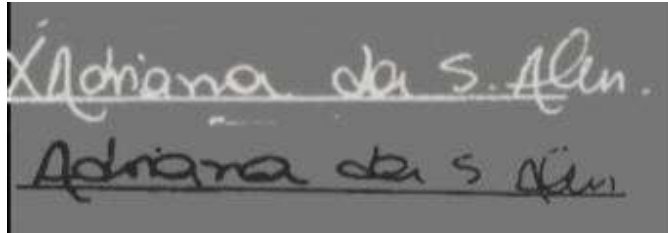
PERÍCIAS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS DE GRAFOTÉCNICA E DOCUMENTOSCOPIA

ENG. ALEKSANDRO DE CARVALHO

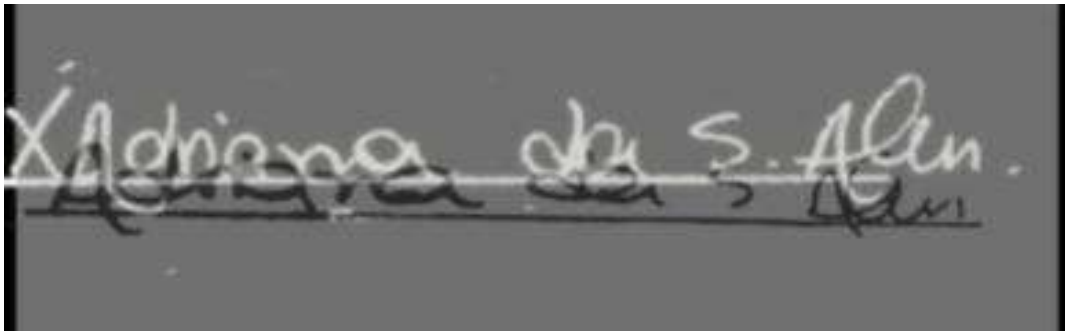
AV. Maria Ignez Lapena, 34 Jardim São Bento Araraquara - SÃO PAULO- SP

16 981862062 aleksandro.eng@gmail.com

SOBREPOSIÇÃO DA PEÇA MATRIZ COM A PEÇA QUESTIONADA 19/60



SOBREPOSIÇÃO DA PEÇA MATRIZ COM A PEÇA QUESTIONADA 19/60



ANÁLISE DE EVENTUAL FRAUDE POR DECALQUE

Método : Captura digital de alta resolução com iluminação halógena polarizada das assinaturas investigadas e eventual "matriz" a ser confrontada, e sobreposição da **peça** padrão pela motivo.

Finalidade : Análise investigativa da hipótese de fraude de grafismo por "DECALQUE".

Resultado : POSITIVO PARA FALSIFICAÇÃO POR DECALQUE.

Fundamento: Devido a grande regularidade constatada no grafismo padrão, a "prova de DECALQUE" no caso vertente, se positiva, deve apresentar inquestionável reprodução de traçado matriz como ocorre no caso em tela.

O fraudador, de posse de um documento que contém uma assinatura autêntica, sobrepõe com o documento onde deseja reproduzir a assinaturas, e a lança em outro documento.

ELEMENTOS CONSIDERADOS

Genéricos:

- a-)Calibres: são as dimensões dos caracteres.
- b-)Espaçamentos Gráficos: são distâncias analisadas na escrita.
- c-)Comportamentos Gráficos: são as direções e distâncias consideradas da escrita em relação à pauta ou base.
- d-)Proporcionalidade Gráfica: são as relações dimensionais entre diversas partes da escrita.
- e-)Valores Angulares: são as predominâncias de ângulo nas formações gráficas.
- f-)Valores Curvilíneos: são as predominâncias de curvas da escrita.
- g-)Inclinação Axial: é aquela dos eixos gramáticos.

Genéticos:

- a-)Dinâmica : é a relação entre pressão e progressão.
- b-)Pressão: é a força vertical da escrita.
- c-)Progressão: é a força horizontal da escrita.
- d-)Trajetória: é a direção.
- e-)Momento Gráfico: cada um dos traçados contínuos da escrita.
- f-)Ataque: é o traço inicial da escrita.
- g-)Desenvolvimento: é o traçado intermediário da escrita.
- h-)Remate: é o traço final da escrita.
- i-)Mínimo Gráfico: é o modo particular do traçado.

ANÁLISE DESCRITIVA DO GRAFISMO QUESTIONADO COM PADRÕES DE
CONFRONTO.

- 1- Em um primeiro momento, foi realizada análise de comportamento gráfico, levando-se em consideração padrões reconhecidos internacional e cientificamente, os quais concluem que a tendência do punho escritor é individual e inconfundível, e sendo emanada do cérebro, não se altera mesmo diante da necessidade de mudança do membro escritor, como por exemplo, nos casos de perda de um braço.
- 2- Neste item, foram reiteradamente analisadas as inclinações axiais dos gramas² de maior expressão, e consequente angulação média em relação à linha de base, que resulta das curvas dos caracteres expressivos das grafias analisadas, sendo semelhantes.
- 3- Em um segundo momento, foi realizado estudo acerca da proporcionalidade da grafia questionada em cotejo com os padrões, obtida pela comparação do maior caractere da assinatura, que resulta da angulação da inclinação do eixo da escrita em relação à centralização das bordas do papel.
- 4- O resultado do confronto dos itens acima mencionados dá ensejo à apuração da velocidade do traçado, e a habilidade da escrita é obtida pela análise da padronização e proporcionalidade dos caracteres das assinaturas, sendo no conjunto, incongruentes as grafias padrões e questionadas explicitadas às fls. deste laudo.

² Gesto gráfico sem mudança brusca de sentido.

5- Também foi levada a efeito a indispensável análise de particularidades dos gramas que compõem as grafias, sendo encontrados diversos pontos de divergência grafocinética como os a seguir elencados:

5.1-As grafias submetidas a análise setorial, apresentam ataques³ e remates⁴ semelhantes, todavia gênese distinta.

5.2-Foram também encontrados gramas⁵ passantes⁶ superiores⁷ e duplo passantes e gramas circulares com fechamentos⁸ em semelhantes quadrantes, todos em semelhança meramente formal entre o grafismo padrão e a assinatura periciada. Todavia gênese distinta.

6- A grafia impugnada é tipicamente denominada de “falsificação por decalque” sendo excluída a falsificação sem imitação, ou ainda por imitação servil, tendo em vista que a grafia questionada possui convergências morfológicas apenas com o modelo, mas gênese evidentemente distinta.

Na doutrina, a falsificação por decalque é tema de farta explanação: “Os decalques se dividem em dois tipos: diretos e indiretos. São processos primários de falsificação, daí porque os resultados são grosseiros. Para se reproduzir uma assinatura legítima pelo processo de decalque direto, basta colocar o modelo sob o suporte da peça que se prepara e, por transparência, cobrir o traçado daquele.

As assinaturas feitas por esse processo apresentam, é obvio, grande semelhança formal com o paradigma, mas seu traçado é lento, crivado de paradas do instrumento escrevente e subsequente retomada do traço e, ainda cheio

de trêmulos e hesitações.

Documentoscopia / Lamartine Bizarro Mendes. —2. .—
Campinas, SP : Millennium, 2003. p. (Tratado de perícias
criminalísticas ; v. 7.

³ Forma como o punho escritor inicia o grama.

⁴ Traço final de um grama.

⁵ Gesto gráfico sem mudança brusca de sentido.

⁶ Gesto gráfico que ultrapassa linha de base e linha de ápice.

⁷ Acima da linha de ápice.

⁸ Levando-se em consideração os ponteiros de um relógio analógic

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

1. O grafismo é individual e inconfundível. A primeira lei de escrita (Leis de Solange Pellat) preconiza que o gesto gráfico está sob a influência imediata do cérebro.
2. Pela segunda lei, quando se escreve, o “eu” está em ação, mas o sentimento quase inconsciente de que o “eu” age, passa por alternativas contínuas de intensidade e de enfraquecimento.
3. Pela terceira lei, resta indiscutível que não se pode modificar voluntariamente, em um dado momento, sua escrita natural, senão introduzindo no seu traçado a própria marca do esforço que foi feito para obter a modificação.
4. Quando a escrita atinge seu amadurecimento natural, nela são introduzidos aspectos personalíssimos que não são padronizados pela doutrina, contudo são extremamente valiosos na apuração da autenticidade.
5. O resultado mais importante do exame pericial consiste em precisar as características especiais, as quais apresentam vital importância pela sua excepcionalidade.
6. Características especiais, na identificação de uma escrita, *equiparam-se à certeza traduzida pelo exame das impressões digitais de uma pessoa*, ou seja, não são voluntárias e não podem ser modificadas voluntariamente.
7. A autenticidade não pode ser embasada na semelhança ou não dos elementos gerais da escrita e sim na coincidência da

PERÍCIAS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS DE GRAFOTÉCNICA E DOCUMENTOSCOPIA

ENG. ALEKSANDRO DE CARVALHO

AV. Maria Ignez Lapena, 34 Jardim São Bento Araraquara - SÃO PAULO- SP

16 981862062 aleksandro.eng@gmail.com

gênese gráfica, o que não se faz presente no caso em tela.

CONCLUSÃO

Considerando a exaustiva análise de toda a documentação objeto da perícia, já explicitado;

Considerando, que a grafia aposta nos documentos questionados possui absoluta convergência formal como a matriz contrato de trabalho, mas gênese absolutamente distinta dos padrões de grafia reconhecidamente de autoria da Sra. ADRIANA DA SILVA ALVES_resta concluído que:

A ASSINATURA APOSTA NO DOCUMENTO
QUESTIONADO É FALSA / FRAUDE POR DECALQUE

Era o que havia a expor.

Este laudo segue digitalizado e assinado nesta. Contêm fotos digitais de alta resolução, imagens digitalizadas, reduzidas, ampliadas, recortadas e coladas, de íntegra fidelidade em relação às originais, individualmente identificadas.

Araraquara - SP, 21 de agosto de 2021

Eng. Aleksandro de Carvalho
Perito Judicial Documentoscópico





Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região

Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo **0100594-31.2020.5.01.0046**

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 27/07/2020

Valor da causa: R\$ 25.680,92

Partes:

RECLAMANTE: ADRIANA DA SILVA ALVES

ADVOGADO: LUIZ CARLOS SOARES GUIMARAES

RECLAMADO: IL NOSTRO PANE - PADARIA, LANCHONETE, BAR E RESTAURANTE LTDA - ME

ADVOGADO: GABRIEL NUNES ADAO

RECLAMADO: GABRIEL NUNES ADAO

ADVOGADO: GABRIEL NUNES ADAO

RECLAMADO: LAZARO DOS SANTOS ADAO FILHO

INVENTARIANTE: HILDETE NUNES ADAO

TERCEIRO INTERESSADO: ALEKSANDRO DE CARVALHO

EXMO. SR. DR. JUIZ DA 46ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO - RJ.

Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região

Nº do Proc. ATSum 0100594-31.2020.5.01.0046

AÇÃO TRABALHISTA - RITO SUMARÍSSIMO

Partes:

RECLAMANTE: ADRIANA DA SILVA ALVES

RECLAMADO: IL NOSTRO PANE - PADARIA, LANCHONETE, BAR E RESTAURANTE LTDA-ME

ALEKSANDRO DE CARVALHO, Engenheiro Civil, brasileiro, casado, portador do RG 40.067.088-4, CPF 422.040.668-93, CREA: 5070615353, Perito Judicial nomeado nos autos da ação trabalhista em epígrafe, tendo realizado todos os exames necessários para o bom desempenho de seu encargo, vem, perante Vossa Excelência, apresentar

MANIFESTAÇÃO SOBRE AS IMPUGNAÇÕES.

Síntese das impugnações apresentadas pelo Reclamado fls. 140 dos autos.

O Reclamado afirma que o laudo pericial apresentado pelo expert, não se trata de perícia grafotécnica e sim suposta perícia de falsidade documental, alegando que este suposto erro não se trata de objeto da demanda.

Conclui também, que o expert deveria ter analisado a assinatura da autora, dizendo se a mesma é verdadeira ou falsa, afirmando que o perito assim não fez.

Afirma que o perito fez análises isoladas não realizando o trabalho considerando os seguintes aspectos: grafometria— espaçamento, hábito gráfico, calibre, ataque, remate (apoiado, sem apoio, em fuga), comportamento de pauta, comportamento de base e tendência de punho (angulosas, arcada e guirlandas). Alega também que o perito não seguiu as regras de grafotécnica.

As impugnações não devem prosperar pelos fatos e fundamentos explanados por este Perito nesta oportunidade. Vejamos:

A perícia é um procedimento técnico, com base na ciência da Grafoscopia ou Grafotécnica, capaz de identificar a autoria de uma escrita. Exatamente o trabalho realizado pelo profissional Perito.

Existem várias maneiras de se falsificar uma assinatura, e cabe a perícia grafotécnica, desvendar a falsificação. Existe métodos de falsificação: Falsificação Sem Imitação, Falsificação De Memória, Falsificação por Imitação Servil, Exercitada e Decalque.

No caso em tela a falsificação periciada foi pelo método Decalque, conforme fundamentado em laudo pericial.

Quanto a impugnação alegando que a pericia foi realizada em falsidade documental este perito esclarece ao Reclamado de forma técnica.

Diferente do trabalho realizado, a Perícia em Falsidade Documental tem como propósito a eventual identificação de falsidade material, em relação à construção de um documento não verdadeiro ou ainda alterações sobre um documento verdadeiro. O que não foi o caso em tela, a qual tratou especificamente da assinatura questionada.

O trabalho pericial foi realizado exatamente na assinatura questionada com a conclusão de falsificação da assinatura pelo método decalque, como já mencionado. Inclusive no tópico do laudo FINALIDADE DA PERÍCIA fls. 115 dos autos o perito descreve que a investigação técnica científica é para identificar autenticidade da grafia questionada.

O laudo pericia foi apresentado de forma clara e objetiva e por tópicos.

Especificamente nas fls. 115 no título OBJETO DE EXAME, foram descritos os documentos constantes no processo, os quais foram utilizados para elaboração do laudo indicando inclusive a paginação correspondente a folha no processo.

Referente a impugnação da METODOLOGIA EMPREGADA, ELEMENTOS CONSIDERADOS e ANÁLISE DESCRITIVA DO GRAFISMO QUESTIONADO COM PADRÕES DE CONFRONTO, títulos constantes nas fls. 117,121 e 122 este perito faz questão de reescrever a parte do laudo que trata do assunto, para que fique evidente o trabalho realizado:

“Foram realizados minuciosos exames dos gestos gráficos dos documentos examinados a título de padrões e questionado, objetivando a identificação de punho escritor, para individualização de particularidades mais intrínsecas, gestos gráficos, trajetórias de punhos, inclinações axiais e alinhamentos gráficos, espaçamentos, relações interlineares e calibre.”

O Perito do Juízo buscou a verdade, pelas mais variadas formas, realizou-se um estudo esmiuçado de cada documento, detalhamento de peculiaridades. O trabalho laboratorial do perito para alcançar a conclusão do trabalho foi intensivo intercalando todas as assinaturas em cada teste feito, mostrando no laudo apenas parte dos testes realizados para ilustração e melhor entendimento, porém, foram analisadas todas as assinaturas dos Documentos em todos os testes sem exceção.

O trabalho deste especialista grafotécnico trata-se de ciência exata, cuja análise demanda aplicação de protocolos tecnicamente estabelecido.

Este perito cumpriu de forma clara e objetiva seu trabalho. A conclusão está embasada no estudo dos elementos genéticos do grafismo, traçados e impressões, além de investigar todas as formas possíveis de fraudes e falsificações.

Cumpriu todos os requisitos do Código de Processo Civil especificamente:

Art. 473. O laudo pericial deverá conter:

I - a exposição do objeto da perícia;

II - a análise técnica ou científica realizada pelo perito;

III - a indicação do método utilizado, esclarecendo-o e demonstrando ser predominantemente aceito pelos especialistas da área do conhecimento da qual se originou;

IV - resposta conclusiva a todos os quesitos apresentados pelo juiz, pelas partes e pelo órgão do Ministério Público.

§ 1º No laudo, o perito deve apresentar sua fundamentação em linguagem simples e com coerência lógica, indicando como alcançou suas conclusões.

§ 2º É vedado ao perito ultrapassar os limites de sua designação, bem como emitir opiniões pessoais que excedam o exame técnico ou científico do objeto da perícia.

§ 3º Para o desempenho de sua função, o perito e os assistentes técnicos podem valer-se de todos os meios necessários, ouvindo testemunhas, obtendo informações, solicitando documentos que estejam em poder da parte, de terceiros ou em repartições públicas, bem como instruir o laudo com planilhas, mapas, plantas, desenhos, fotografias ou outros elementos necessários ao esclarecimento do objeto da perícia.

Assim, o laudo não apresenta vícios, não há qualquer mácula no trabalho técnico apresentado

O descontentamento da parte com as conclusões periciais não autoriza, por si só, a repetição da prova.

Resposta aos quesitos apresentados pelo Reclamado Fls. 142

1 - Pede-se ao perito, confrontar a assinatura dos documentos questionados em questão com as, padrões de confronto em épocas contemporâneas (carteiras de trabalhos, CIC, RG, título eleitoral, reservista, CNH, passaporte (usar todos sem exceção), favor relacionar todos os documentos acima citados e utilizados na confecção do laudo com as datas de emissão de cada um deles.

Resposta do Perito: O artigo do Código Processo Civil esclarece a autonomia do Perito. Vejamos:

Art. 478. Quando o **exame tiver por objeto a autenticidade ou a falsidade de documento** ou for de natureza médico-legal, o perito será escolhido, de preferência, entre os técnicos dos estabelecimentos oficiais especializados, a cujos diretores o juiz autorizará a remessa dos autos, bem como do material sujeito a exame

§ 3º Quando o exame tiver por objeto a autenticidade da letra e da firma, o **perito poderá requisitar**, para efeito de comparação, documentos existentes em repartições públicas e, na falta destes, poderá requerer ao juiz que a pessoa a quem se atribuir a autoria do documento lance em folha de papel, por cópia ou sob ditado, dizeres diferentes, para fins de comparação.

O Perito tem a faculdade de solicitar documentos para elaboração do seu trabalho. Os documentos constantes nos autos foram suficientes para elaboração e conclusão do trabalho.

2 – Relacione todos os documentos utilizados no laudo como padrão de confronto que antecedem a data do documento questionado 19/12/2007?

Resposta do perito: Especificamente fls. 115 título do laudo OBJETO DE EXAME, este perito teve o cuidado de descrever os documentos e paginar RG FLS. 4, DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIENCIA FLS. 17, PROCURAÇÃO FLS. 18, CONTRATO DE TRABALHO FLS. 19 e RECIBO DE PAGAMENTO JUNTADO PELA AUTORA COM ASSINATURA FLS. 27, 29, 30.

Todo o processo foi minuciosamente analisado pelo perito tendo realizado todos os exames necessários para o bom desempenho de seu encargo.

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer, detalhadamente o método utilizado na realização da perícia? Somos sabedores que a perícia em questão de acordo com a lei da grafologia e comprovado pela ciência, não se faz por comparação e sim em cima de testes lançados nas escritas onde o resultado poderá ser convergente ou divergente.

Resposta do perito: No título do laudo METODOLOGIA EMPREGADA fls. 117 está descrito.

O método empregado foi Exames dos gestos gráficos dos documentos examinados a título de padrões e daqueles questionados, objetivando identificação de punho escritor, para individualização de particularidades mais intrínsecas. Método grafocinético.

Explicando de forma mais técnica esse método considera todos os elementos gráficos, com foco principal aos movimentos que dão origem ao gesto gráfico, isto é, o grafocinetismo, que objetiva verificar como se formam os traços, quais os hábitos de movimentação do punho escritor.

O laudo, está perfeitamente elaborado com a devida fundamentação em linguagem simples e com coerência lógica, indicando como este perito alcançou suas conclusões.

4 - Pode o Sr. Perito afirmar se a assinatura lançada nos documentos questionados proveio do punho da parte em questão, favor fundamentar?

Resposta do perito: A assinatura lançada no documento questionado é falsa, métodos de falsificação DECALQUE

5 – Nos testes Pressão e Evolução, favor fundamentar o resultado e sua porcentagem de divergências e convergência em cada um dos lançamentos analisados, tanto nas peças questionadas quanto nas peças padrões de confronto?

Resposta do perito: Tratado no título do laudo ELEMENTOS CONSIDERADOS, no item Genéticos fls. 121 dos autos.

No estudo laboratorial foi analisado a intensidade do traço representado pela variação da largura do traçado, que possui pequena relação com a rapidez da escrita.

De acordo com ANÁLISE DESCRITIVA DO GRAFISMO QUESTIONADO COM PADRÕES DE CONFRONTO fls. 122 item 4 O resultado do confronto dos itens acima mencionados dá ensejo à apuração da velocidade do traçado, e a habilidade da escrita é obtida pela análise da padronização e proporcionalidade dos caracteres das assinaturas, sendo no conjunto, incongruentes as grafias padrões e questionadas

6 - Nos testes Hábitos Gráficos, favor fundamentar o resultado e sua porcentagem de divergências e convergência em cada um dos lançamentos analisados, tanto nas peças questionadas quanto nas peças padrões de confronto?

Resposta do perito: HÁBITOS GRAFICOS – representa a análise de qualquer “costume” utilizado pelo escritor no momento que executa tanto um texto quanto uma assinatura.

Exatamente itens que é verificado pelo falsificador. Falsifica nos mínimos detalhes a assinatura. Por se tratar de falsificação por decalque a grafia questionada possui convergências morfológicas apenas com o modelo, mas gênese evidentemente distinta.

7 - Nos testes Comportamento de Pauta, favor fundamentar o resultado e sua porcentagem de divergências e convergência em cada um dos lançamentos analisados, tanto nas peças questionadas quanto nas peças padrões de confronto?

Resposta do perito: Exatamente no laudo fls. 121 tópico ELEMENTOS CONSIDERADOS

COMPORTAMENTO DE PAUTA/BASE – o Comportamento de Pauta é a análise do lançamento caligráfico tomando por base a linha, comportamento este que pode ser tangente, superior ou inferior, já o Comportamento de Base é a análise do lançamento gráfico quando não existe linha que pode ser horizontal, ascendente ou descendente.

Fls. 123

Foram também encontrados gramas (Gesto gráfico sem mudança brusca de sentido) passantes (Gesto gráfico que ultrapassa linha de base e linha de ápice), superiores (Acima da linha de ápice) e duplo passantes e gramas circulares com fechamentos em semelhantes quadrantes.

Todos em semelhança meramente formal entre o grafismo padrão e a assinatura periciada. Todavia gênese distinta.

8 - Nos testes Comportamento de Base, favor fundamentar o resultado e sua porcentagem de divergências e convergência em cada um dos lançamentos analisados, tanto nas peças questionadas quanto nas peças padrões de confronto?

Resposta do perito: Foram também encontrados Gesto gráfico sem mudança brusca de sentidos. Todos em semelhança meramente formal entre o grafismo padrão e a assinatura periciada. Todavia gênese distinta.

9 - Nos testes Inclinação Axial, favor fundamentar o resultado e sua porcentagem de divergências e convergência em cada um dos lançamentos analisados, tanto nas peças

questionadas quanto nas peças padrões de confronto?

Resposta do perito: fls. 121 ELEMENTOS CONSIDERADOS linha g) Inclinação Axial: é aquela dos eixos gramáticos.

fls. 122 dos autos titulo ANÁLISE DESCRITIVA DO GRAFISMO QUESTIONADO COM PADRÕES DE CONFRONTO.

foi realizado estudo acerca da proporcionalidade da grafia questionada em cotejo com os padrões, obtida pela comparação do maior caractere da assinatura, que resulta da angulação da inclinação do eixo da escrita em relação à centralização das bordas do papel.

O resultado do confronto dos itens acima mencionados é **incongruente as grafias padrões e questionada**

10 - Nos testes Ataques e Remates, favor fundamentar o resultado e sua porcentagem de divergências e convergência em cada um dos lançamentos analisados, tanto nas peças questionadas quanto nas peças padrões de confronto?

Resposta do perito: Conforme fls. 123 do laudo.

Também foi levada a efeito a indispensável análise de particularidades dos gramas que compõem as grafias, sendo **encontrados diversos pontos de divergência grafocinética**.

As grafias submetidas a análise setorial, apresentam ataques e remates semelhantes, todavia gênese distinta.

A grafia impugnada é tipicamente denominada de “falsificação por decalque” tendo em vista que a **grafia questionada possui convergências morfológicas apenas com o modelo, mas gênese evidentemente distinta**.

11 - Nos testes Momentos Gráficos, favor fundamentar o resultado e sua porcentagem

Resposta do perito: Todas as análises foram realizadas, apresentadas ao laudo de forma fundamentada.

Fls. 145 ASSISTENTE TÉCNICO apresentou IMPUGNAÇÃO AO LAUDO PERICIAL**Síntese das impugnações apresentadas fls. 145**

O assistente técnico nas fls. 167 dos autos, afirma:

“Os Lançamentos caligráficos das peças padrões de confronto tem características convergentes com os Lançamentos caligráficos da peça questionada.”

Diferente dos resultados alcançados pelo Assistente técnico, o Perito Judicial concluiu seus trabalhos chegando à conclusão que a assinatura questionada trata-se de falsificação método Decalque.

Foram realizados estudos acerca da proporcionalidade da grafia questionada em cotejo com os Padrões.

Trata-se de um trabalho minucioso, que requer técnicas as quais analisaram particularidades dos gramas que compõem as grafias sendo encontrados diversos pontos de divergência grafocinética ataques e remates semelhantes, todavia gênese distinta, gramas passantes superiores e duplo passantes e gramas circulares com fechamentos em semelhantes quadrantes, todos em semelhança meramente formal entre o grafismo padrão e a assinatura periciada. Todavia gênese distinta.

O Assistente técnico indicado pelo Reclamado afirma nas fls. 168:

“o laudo do jurisperito apresentado aos autos não foi realizado como requer as normas da grafologia fls. 6/7 do laudo deste laudo, onde todo trabalho foi realizado por comparação e indo na contramão do que rege a lei do grafismo.”

Resposta do perito: As denominações já estão consolidadas. Dentre elas cabe destacar que a Grafologia - é o estudo da escrita visando determinar a psique do escritor, Grafologia é um estudo pseudocientífico que utiliza a análise da escrita para inferir sobre a personalidade. O que não é caso em questão.

O trabalho aqui elaborado é de grafoscopia, é a parte da documentoscopia que estuda as escritas com a finalidade de verificar se são autênticas ou não, diferente de grafologia que analisa através da escrita personalidade da pessoa.

O assistente alega que este perito foi na contramão do que rege a lei do grafismo.

Este entendimento do Assistente Técnico não deve prosperar. As quatro Leis do grafismo foram citadas no laudo pericial, balizada como princípio do trabalho elaborado.

A Lei foi exposta no laudo pericial grafotécnico, especificamente fls. 125 título do laudo EXPOSIÇÃO DE MOTIVO

A autenticidade não pode ser embasada na semelhança ou não dos elementos gerais da escrita e sim na coincidência da gênese gráfica, o que não se faz presente no caso em tela. A assinatura questionada trata-se de falsificação método Decalque.

A impugnação ao laudo pericial, o profissional Assistente Técnico nas fls. 168 dos autos.

Afirma:

“lembrando ainda que, em sua conclusão o jurisperito afirma que houve fraude por “DECALQUE”, onde a perícia grafotécnica analisa a escrita e nada mais, a perícia correta para análise de decalque, rasuras, enxertos, carimbos, selos e estrutura geral do documento (onde este trabalho só pode ser realizado nos documentos originais, nunca em cópias) seria a “FALSIDADE DOCUMENTAL” trabalho totalmente diferente da grafotécnica. Este Assistente informa que se fosse “Decalque” conforme concluiu o jurisperito, muitos testes grafotécnicos não dariam convergentes, como exemplo: ataques e remates, evolução e pressão.”

Resposta do perito O laudo pericial é grafotécnico exatamente como consta na fls 115 dos autos, título do laudo **FINALIDADE DA PERÍCIA**. A perícia tem por finalidade a investigação técnico científica da autenticidade da grafia questionada

A conclusão do laudo pericial elaborado nos mais ricos detalhes afirma que a **assinatura questionada tem semelhança meramente formal entre os grafismos padrões e assinatura periciada. Todavia gênese distinta.**

Resposta aos quesitos apresentados pelo Assistente técnico Fls. 169

Obs: Os quesitos fls. 169 numerados de 1 a 11 foram respondidos acima (quesitos no Reclamado) os quesitos são os mesmos.

12 - Nos testes Valores Angulares e Curvilíneos, favor fundamentar o resultado e sua porcentagem de divergências e convergência em cada um dos lançamentos analisados, tanto nas peças questionadas quanto nas peças padrões de confronto?

Resposta do perito: Esta resposta consta no laudo. Especificamente Fls. 121 título do laudo ELEMENTOS CONSIDERADOS, linhas:

e-) Valores Angulares: são as predominâncias de ângulo nas formações gráficas.

f-) Valores Curvilíneos: são as predominâncias de curvas da escrita

Foram reiteradamente analisadas as inclinações axiais dos gramas de maior expressão, e consequente angulação média em relação à linha de base, que resulta das curvas dos caracteres expressivos das grafias analisadas, sendo semelhantes.

13 - Nos testes Espaçamento, favor fundamentar o resultado e sua porcentagem de divergências e convergência em cada um dos lançamentos analisados, tanto nas peças questionadas quanto nas peças padrões de confronto?

Resposta do perito: Consta no laudo. Especificamente Fls. 117 título do laudo METODOLOGIA EMPREGADA

Foram realizados: Reiterados cotejos e trescotejos entre os gestos gráficos encontrados nos documentos objeto da perícia para determinação de convergências e divergências setoriais, trajetórias de punhos, inclinações axiais e alinhamentos gráficos, espaçamentos, relações interlineares e calibre.

Na Fls. 121 dos autos no título do laudo ELEMENTOS CONSIDERADOS, linhas:

b-) Espaçamentos Gráficos: são distâncias analisadas na escrita.

Temos o resultado na Fls. 122 Neste item, foram reiteradamente analisadas as inclinações axiais sendo semelhantes.

14 - Nos testes Calibre, favor fundamentar o resultado e sua porcentagem de divergências e convergência em cada um dos lançamentos analisados, tanto nas peças questionadas quanto nas peças padrões de confronto?

Resposta do perito: Ao realizar a leitura do laudo especificamente Fls. 121 ELEMENTOS CONSIDERADOS

a-) Calibres: são as dimensões dos caracteres

semelhança meramente formal entre o grafismo padrão e a assinatura periciada.
Todavia gênese distinta

15 – Requeiro que o jurisperito faça uma análise com dados (que a ciência requer da perícia grafotécnica) concretos entre o seu laudo apresentado e o laudo deste assistente técnico e suas conclusões.

Resposta do perito: Todas as fundamentações e explicações foram detalhas no laudo e reiterados neste esclarecimento

A conclusão da perícia grafotécnica permanece sendo que assinatura questionada se trata de falsificação modalidade Decalque, com todos os fundamentos pertinentes.

Foram realizados todos os exames necessários para se alcançar essa conclusão.

Mera Discordância e o descontentamento da parte referente a conclusão do perito Judicial não enseja a nulidade do laudo, ou realização de nova perícia dependendo para tanto, que seja demonstrada a existência de vício capaz de macular a prova técnica produzida. Cabe ao Juiz apreciar livremente a prova, inclusive, confrontando com os demais elementos probatórios dos autos art. 480 § 3º do CPC.

Posto essas premissas, nada mais havendo a tratar no momento, este Perito encerra o presente esclarecimento e informa que se mantém disponível para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Araraquara, 11 de março de 2022

Eng. ALEKSANDRO DE CARVALHO
PERITO JUDICIAL GRAFOTÉCNICO





Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região

Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo **0100594-31.2020.5.01.0046**

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 27/07/2020

Valor da causa: R\$ 25.680,92

Partes:

RECLAMANTE: ADRIANA DA SILVA ALVES

ADVOGADO: LUIZ CARLOS SOARES GUIMARAES

RECLAMADO: IL NOSTRO PANE - PADARIA, LANCHONETE, BAR E RESTAURANTE LTDA - ME

ADVOGADO: GABRIEL NUNES ADAO

RECLAMADO: GABRIEL NUNES ADAO

ADVOGADO: GABRIEL NUNES ADAO

RECLAMADO: LAZARO DOS SANTOS ADAO FILHO

INVENTARIANTE: HILDETE NUNES ADAO

TERCEIRO INTERESSADO: ALEKSANDRO DE CARVALHO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
46ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro
ATSum 0100594-31.2020.5.01.0046
RECLAMANTE: ADRIANA DA SILVA ALVES
RECLAMADO: IL NOSTRO PANE - PADARIA, LANCHONETE, BAR E
RESTAURANTE LTDA - ME

SENTENÇA

RELATÓRIO

Dispensado (art. 852-I, da CLT).

FUNDAMENTAÇÃO

PERÍCIA GRAFOTÉCNICA

Restou comprovado, mediante a realização de prova técnica (ID 243cb05), a falsificação da assinatura da reclamante no documento de ID 8625916.

Em que pese a impugnação da reclamada, não há quaisquer provas capazes de infirmar as conclusões expostas pelo expert, muito bem fundamentadas em Ids 243cb05 e ce9857c.

A reclamada alterou a verdade dos fatos em juízo, incidindo na conduta prevista no art. 793-B, II, IV e V do CPC.

Pelo exposto, observado o valor da causa, condeno a reclamada, por litigância de má-fé, ao pagamento de multa de R\$ 2.000,00 (art. 793-C, CLT).

VERBAS RESILITÓRIAS

Conforme CTPS (ID. c0719ea - Pág. 1), a autora foi admitida pela reclamada em 1/12/2017, no cargo de vendedora.

A autora alegou que foi dispensada, sem justa causa, em 22/1/2019 e não recebeu o pagamento das verbas resilitórias.

Em defesa, a reclamada aduziu que realizou o pagamento das verbas resilitórias, conforme recibo de quitação (ID 8625916).

Restou comprovado, mediante a realização de prova técnica (ID 243cb05), a falsificação da assinatura da reclamante no documento de ID 8625916. Logo, desconsidero o mencionado documento e não há falar em quitação de qualquer valor ali descrito, inclusive em razão do art. 26-A da Lei 8036/90.

Em depoimento pessoal, a autora disse que:

"trabalhou de 1/12/2017 a janeiro /2019, como balconista de padaria; que na época da dispensa estava grávida, a moça do RH lhe disse que teria os salários pagos até a estabilidade, mas nada disso aconteceu; que a padaria fechou em janeiro/2019, quando a autora estava com 6 ou 7 meses de gestação, pois sua filha nasceu em abril de 2019; que salvo engano recebeu salário até março de 2019; que não recorda quanto era seu salário; que não assinou qualquer documento de quitação; que não conseguiu se habilitar no Seguro desemprego, nem sacar o FGTS, que o dono da empresa sumiu, que a baixa na CTPS também não foi dada; que nunca recebeu férias quando trabalhou na ré."

Ausentes comprovantes de pagamento (CLT, arts.464 e 477; Súmula 461, TST), julgo procedentes os pedidos de:

- aviso prévio indenizado (33 dias);
- férias proporcionais 2018/2019 + 1/3 (3/12);
- férias vencidas 2017/2018 + 1/3;
- 13º salário proporcional de 2019 (2/12);
- 2 parcela do 13º salário de 2018;
- FGTS mensal não recolhido no curso do contrato de trabalho (limitado ao período pleiteado em ID. a5b147b - Pág. 4);
- indenização 40% do FGTS.

Com base na média comprovada em ID a7037ca e observado o valor declinado na inicial, fixo R\$ 1.575,27 como a base de cálculo das verbas resilitórias.

Defiro a tutela de urgência (art. 300, CPC) e determino, independentemente do trânsito em julgado, a expedição de alvará para saque do FGTS e de ofício para habilitação no programa Seguro-desemprego.

MULTAS DOS ARTS. 467 e 477 DA CLT

Não observado o prazo legal de pagamento, julgo procedente o pedido da multa do art. 477, §8º, da CLT (R\$ 1.575,27).

Diante da controvérsia, julgo improcedente o pedido de multa do art. 467 da CLT.

ESTABILIDADE PROVISÓRIA - gestante

A autora alegou que na data da dispensa imotivada, em 22/1/2019, estava grávida.

A filha da autora nasceu em 25/4/2019 (ID. cf62fd8 - Pág. 1).

A empregada gestante tem direito à estabilidade provisória prevista no art. 10, inciso II, alínea "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que, no caso concreto, abrange o período de desde a confirmação da gravidez até 25/9/2019 (5 meses após o parto).

Destarte, não tendo a ré observado o período de garantia de emprego e não sendo possível a reintegração, julgo procedente o pedido de pagamento de férias, 13º salário e FGTS com 40% no período de 22/1/2019 a 25/9/2019.

Com relação ao salário, julgo procedente o pedido de pagamento no período de 1/4/2019 a 25/9/2019, pois a autora, em depoimento, afirmou que recebeu salário até março de 2019 (art.141, CPC).

Por oportuno, registro que, conforme entendimento do C.TST, em razão do risco da atividade econômica (CLT, art.2º), a garantia de emprego da gestante subsiste mesmo no caso do encerramento das atividades da empresa.

Deverá a reclamada anotar a data do término do contrato na CTPS da autora com data de 25/9/2019. A referida obrigação de fazer deverá ser cumprida após intimação específica para tanto, em data a ser agendada pela Secretaria da Vara, sob pena de multa única de R\$ 500,00 (CPC, art.497). Decorrido o prazo, a autora poderá requerer o suprimento judicial (CLT, art, 39, §2º), sem prejuízo da execução da multa. Não deverá haver menção a esta decisão judicial, tampouco carimbo do servidor ou da Secretaria. Poderão os patronos, também, combinar dia e hora para anotação, informando o resultado nos autos (art.3º,§3º, CPC).

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS

A autora pleiteou o pagamento de indenização por danos morais em razão dos seguintes fundamentos: “constantemente atrasava os salários. Cabendo ainda destacar, como agravante, o fato de que sequer adimpliu as verbas rescisórias e saldo de salários”.

Não há narrativa de quais meses sofreram atraso no pagamento e por quantos dias.

Quantos aos demais fundamentos, não há confundir dano material com dano moral.

O não pagamento de verbas resilitórias e contratuais acarreta dano material cuja reparação já é prevista no ordenamento jurídico e foi efetuada com a presente sentença. Nesse sentido, inclusive, é a tese jurídica prevalecente 1 deste E. TRT/RJ:

DANO MORAL.

INADIMPLEMENTO CONTRATUAL OU ATRASO NO PAGAMENTO DAS VERBAS RESILITÓRIAS. DANO IN RE IPSA E NECESSIDADE DE PROVA DE VIOLAÇÃO AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE DO TRABALHADOR. Ainda que o dano moral seja in re ipsa, não é toda a situação de ilegalidade que é capaz de, automaticamente, causar um abalo moral indenizável. A situação de ilegalidade que constitui suporte para a indenização moral é aquela que impõe ao homem médio um abalo moral significativo. O dano moral não decorre, por si só, de mero inadimplemento contratual ou da falta de pagamento das verbas resilitórias pelo

empregador, a não ser que se alegue e comprove (CLT, art. 818 c/c do CPC/15, art. 373, inciso I) de forma inequívoca, o nexo de causalidade entre tal inadimplemento e a superveniência de transtornos de ordem pessoal dele advindos.

Observada a causa de pedir e não comprovada ofensa a direitos de personalidade, julgo improcedente o pedido de indenização por danos morais (CLT, art.818 e tese jurídica prevalecente 1, E.TRT/RJ).

LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

Não praticadas quaisquer das condutas descritas no art. 80 do CPC, indefiro o requerimento do réu de aplicação de multa por litigância de má-fé à autora.

GRATUIDADE DE JUSTIÇA

Afirmada a hipossuficiência econômica, defiro a gratuidade de justiça à parte autora (CLT, art. 790,§3º, CPC, art.99, §4º e Súmula 463, I do TST).

HONORÁRIOS PERICIAIS

Honorários periciais fixados em R\$ 1.000,00 (ID 73a64d0), a cargo da reclamada, sucumbente no objeto da perícia (CLT, art.790-B).

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Sucumbente a ré, é devida a verba honorária aos patronos da autora (CLT, art. 791). Quanto ao percentual, em observância às balizas legais (art. 791-A, parágrafo 2º, da CLT), fixo em 10% sobre o valor que resultar da liquidação da sentença.

Sucumbente a parte autora, é devida a verba honorária aos patronos da ré (CLT, art. 791). Quanto ao percentual, em observância às balizas legais (art. 791-A, parágrafo 2º, da CLT), fixo em 10% para os advogados da ré, sobre o valor estimado dos pedidos julgados improcedentes.

Para o arbitramento, considere que o trabalho foi realizado no Rio de Janeiro que os patronos atuaram com zelo, sem criar incidentes protelatórios e que agiram de acordo com o princípio da cooperação, mas em demanda simples.

Para fins de cálculo de honorários advocatícios, não há sucumbência no caso de procedência ou improcedência do pedido de multa do artigo 467, CLT, já que tal multa possui natureza processual e não material. Referida multa é fixada no processo em razão de comportamento processual das partes (não controverter e pagamento em audiência). Assim, tal como a astreinte (STJ, REsp 1.367.212), não integra a base de cálculo dos honorários advocatícios.

Merece atenção, também, o fato de que tal pedido depende de comportamento futuro da parte contrária. Conforme dispõe a norma, o cabimento da multa está diretamente relacionado à existência de controvérsia ou não, a ser instaurada no futuro (recebimento de defesa em audiência), não havendo previsibilidade, portanto, quando do ajuizamento da ação.

Não autorizo a compensação de honorários advocatícios dos patronos da ré com eventuais créditos da reclamante (STF, ADI 5.766).

Sendo a parte autora beneficiária da justiça gratuita, os honorários advocatícios ora deferidos aos patronos da ré ficam em condição suspensiva de exigibilidade, pelo prazo de 2 anos (STF, ADI 5.766).

Em relação à ADI 5.766, registro que a simples leitura da petição inicial da referida ação comprova que nela não foi pleiteada a declaração de inconstitucionalidade do §4º do art. 791-A da CLT, mas sim “da expressão 'desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa,' do § 4º do art. 791-A da CLT”.

Transcrevo a conclusão do redator do V. Acórdão da ADI 5.766, já publicado:

*“Em vista do exposto, CONHEÇO da Ação Direta e, no mérito, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para declarar a inconstitucionalidade da expressão “ainda que beneficiária da justiça gratuita”, constante do caput do art. 790-B; para declarar a inconstitucionalidade do § 4º do mesmo art. 790-B; **declarar a inconstitucionalidade da expressão “desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa”, constante do § 4º do art. 791-A;** para declarar*

constitucional o art. 844, § 2º, todos da CLT, com a redação dada pela Lei 13.467/2017”.

A decisão dos embargos de declaração na mencionada ADI também deixa certo que a declaração de inconstitucionalidade foi apenas parcial:

*“Veja-se que, em relação aos arts. 790-B, caput e § 4º, e 79-A, § 4º, da CLT, parcela da Ação Direta em relação a qual a compreensão majoritária da CORTE foi pela PROCEDÊNCIA, **há perfeita congruência com os pedido formulado pelo Procurador-Geral da República** (doc. 1, pág. 71- 72), assim redigido: Requer que, ao final, seja julgado procedente o pedido, para declarar inconstitucionalidade das seguintes normas, todas introduzidas pela Lei 13.467, de 13 de julho de 2017: a) da expressão “ainda que beneficiária da justiça gratuita”, do caput, e do § 4º do art. 790-B da CLT; b) **da expressão “desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa,” do § 4º do art. 791-A da CLT;** c) da expressão “ainda que beneficiário da justiça gratuita,” do § 2º do art. 844 da CLT. Assim, seria estranho ao objeto do julgamento tratar a constitucionalidade do texto restante do caput do art. 790-B e do § 4º do art. 791-A, da CLT. Mesmo os Ministros que votaram pela procedência total do pedido – Ministros EDSON FACHIN, RICARDO LEWANDOWSKI e ROSA WEBER – declararam a inconstitucionalidade desses dispositivos na mesma extensão que consta da conclusão do acórdão”.*

Logo, retirando-se do texto (art.791-A, §4º, CLT) a expressão declarada inconstitucional, temos:

§ 4º Vencido o beneficiário da justiça gratuita as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário.

Pelo exposto, permanece a condenação em honorários, que, todavia, devem ficar em condição suspensiva de exigibilidade. Nesse mesmo sentido, o C.TST:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO DO RECLAMANTE. LEI 13.467/2017. RITO SUMARÍSSIMO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS QUE DECORREM DA SUCUMBÊNCIA. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA. ADI 5766 DO STF. DECLARAÇÃO PARCIAL DE INCONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 791-A, §4º, DA CLT. EFEITO VINCULANTE. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA. Há transcendência jurídica da causa que trata da condenação do empregado , beneficiário da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios que decorrem da sucumbência, por se tratar de questão nova referente à alteração realizada pela reforma trabalhista e em razão da decisão do e. STF na ADI 5766 (DJE 3/5/2022) que declarou parcialmente inconstitucional o artigo 791-A, §4º, da CLT. Demonstrada possível ofensa ao art. 5º, LXXIV, CF , deve ser provido o agravo de instrumento para melhor exame do recurso de revista. RECURSO DE REVISTA DO RECLAMANTE. LEI 13.467/2017. RITO SUMARÍSSIMO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS QUE DECORREM DA SUCUMBÊNCIA. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA. ADI 5766 DO STF. DECLARAÇÃO PARCIAL DE INCONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 791-A, §4º, DA CLT. EFEITO VINCULANTE. TRANSCENDÊNCIA JURÍDICA RECONHECIDA. Há transcendência jurídica da causa que trata da condenação do empregado , beneficiário da justiça gratuita, ao pagamento de honorários advocatícios que decorrem da sucumbência, por se tratar de questão nova referente à alteração realizada pela reforma trabalhista e em razão da decisão do e. STF na ADI 5766 (DJE 3/5/2022) que declarou parcialmente inconstitucional o artigo 791-A, §4º, da CLT. A expressão contida no § 4º do art. 791-A " desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa " foi declarada inconstitucional, a manter o comando legal do dispositivo no que se refere às obrigações decorrentes da sucumbência do beneficiário da justiça gratuita

ficarem sob condição suspensiva de exigibilidade. Nesse contexto, é de ser reformada a decisão do e. Tribunal Regional para declarar que a condenação em honorários advocatícios sucumbenciais prevista no caput do art. 791-A c/c §4º da CLT ao empregado, beneficiário da justiça gratuita, ficará sob a condição suspensiva de exigibilidade por dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão, cabendo ao credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade. Findo o prazo, extingue-se a obrigação e em adequação à decisão proferida na ADI-5766, afasta-se da condenação em honorários advocatícios eventual compensação com direitos recebidos nesta ou em outra ação. Transcendência jurídica reconhecida e recurso de revista conhecido e parcialmente provido" (RR-1228-55.2019.5.12.0011, 8ª Turma, Relator Ministro Aloysio Correa da Veiga, DEJT 26/08/2022).

JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA

Em atenção ao decidido pelo STF nas ADCs 58 e 59, determino a incidência do IPCA-E até a data do ajuizamento da ação. A partir daí, incidirá apenas a taxa SELIC como índice conglobante da correção monetária e dos juros de mora. Indevida a acumulação com outros índices ou de juros compensatórios, sob pena de violação da decisão vinculante ora mencionada.

Transcrevo a decisão que julgou os embargos de declaração na ADC 58:

A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, sob a presidência do Senhor Ministro Luiz Fux, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, não conhecer dos embargos de declaração opostos pelos amici curiae, rejeitar os embargos de declaração opostos pela ANAMATRA, mas acolher, parcialmente, os embargos de declaração opostos pela AGU, tão somente para sanar o erro material constante da decisão de julgamento e do

*resumo do acórdão, de modo a estabelecer a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir do ajuizamento da ação, a incidência da taxa **SELIC** (art. 406 do Código Civil), sem conferir efeitos infringentes, nos termos do voto do Relator. Brasília, Sessão Virtual de 15 a 22 de outubro de 2021.*

RECOLHIMENTOS PREVIDENCIÁRIOS E FISCAIS

A responsabilidade pelo recolhimento das contribuições social e fiscal, resultante de condenação judicial referente a verbas remuneratórias, é do empregador e incide sobre o total da condenação. Contudo, a culpa do empregador pelo inadimplemento das verbas remuneratórias não exime a responsabilidade do empregado pelos pagamentos do imposto de renda devido e da contribuição previdenciária que recaia sobre sua quota-parte (OJ 363 do TST).

Observe-se a Súmula 368, TST.

DISPOSITIVO

Pelo exposto, na reclamação trabalhista ajuizada por ADRIANA DA SILVA ALVES em face de IL NOSTRO PANE - PADARIA, LANCHONETE, BAR E RESTAURANTE LTDA - ME, Processo nº 0100594-31.2020.5.01.0046, julgo **PROCEDENTE EM PARTE** e decido, nos termos da fundamentação supra, que integra esse dispositivo para todos os efeitos legais:

Condenar o réu a pagar à autora:

- aviso prévio indenizado (33 dias);
- férias proporcionais 2018/2019 + 1/3 (3/12);
- férias vencidas 2017/2018 + 1/3;
- 13º salário proporcional de 2019 (2/12);
- 2ª parcela do 13º salário de 2018;
- FGTS mensal não recolhido no curso do contrato de trabalho;
- indenização 40% do FGTS;
- multa do art. 477, §8º, da CLT;
- indenização da estabilidade gestante, correspondente a salários, férias, 13º salário, FGTS e indenização 40% FGTS, nos termos da fundamentação supra.

Condeno a reclamada, por litigância de má-fé, ao pagamento de multa de R\$ 2.000,00.

Os valores devidos serão apurados em liquidação por cálculos. Observem-se os limites da inicial (arts.141 e 492 do CPC; SDI do TST, processo nº 10472-61.2015.5.18.0211).

Gratuidade de justiça, juros de mora, correção monetária e honorários advocatícios e periciais na forma da fundamentação supra.

Para os efeitos do § 3º do artigo 832 da CLT, a ré deverá recolher as contribuições previdenciárias sobre as parcelas deferidas na presente sentença, na forma do inciso I do artigo 28 da Lei nº 8.212/91, com exceção daquelas descritas no § 9º do artigo 214 do Decreto nº 3.048/99. A contribuição da reclamante será descontada de seus créditos.

No tocante ao imposto de renda, autorizo a sua retenção na fonte, observada sua incidência mês a mês e a tabela progressiva, na forma da Instrução Normativa 1500/2014 da Secretaria da Receita Federal do Brasil. Não há tributação sobre juros de mora (OJ 400, TST e Súmula 17 deste E.TRT).

Custas de R\$ 340,00 calculadas sobre R\$ 17.000,00, valor arbitrado à condenação, ônus da ré, sucumbente (CLT, art.789, §1º).

Cumpra-se após o trânsito em julgado.

Intimem-se as partes.

Nada mais.

RIO DE JANEIRO/RJ, 19 de outubro de 2022.

ROBERTA SALLES DE OLIVEIRA

Juíza do Trabalho Substituta



Assinado eletronicamente por: ROBERTA SALLES DE OLIVEIRA - Juntado em: 19/10/2022 21:22:43 - e728351
<https://pje.trt1.jus.br/pjekz/validacao/22101921210941300000163719652?instancia=1>
Número do processo: 0100594-31.2020.5.01.0046
Número do documento: 22101921210941300000163719652